Sínodo dos Bispos 2021-2023

Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação e missão

SÍNTESE DA DIOCESE DO ALGARVE

FASE DIOCESANA DE AUSCULTAÇÃO

Outubro de 2021 a Maio de 2022

DIOCESE DO ALGARVE

DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

[Tendo em conta que podem prevalecer diferentes formas de recolha de dados, importa que na síntese se faça referência a: processo de recolha de informação usado, processo de seleção dos elementos envolvidos, modelo dos trabalhos, questões colocadas, nível de aceitação/rejeição dos participantes]

Na Diocese do Algarve procurou-se seguir o processo de auscultação, recolha de informação, seleção e modelo de trabalho que seguidamente se explicita. O primeiro âmbito de auscultação e recolha de informação foi o paroquial, privilegiando o diálogo em vários e pequenos grupos, sem deixar de parte a possibilidade de participação individual através do preenchimento de uma ficha com as várias questões/temas anteriormente indicados. Ainda neste primeiro âmbito, houve a possibilidade de nalgumas comunidades paroquiais se estabelecer o contato e diálogo com pessoas que não são membros integrantes das mesmas comunidades: áreas da vida política, da economia, de associações juvenis, de associações desportivas, entre outros. Assim, neste primeiro âmbito, competia à Equipa Sinodal Paroquial recolher as informações dos vários grupos ou pessoas que foram convidadas e se disponibilizaram em contribuir para este processo, elaborando uma síntese paroquial, incluindo aí todos os pontos de vista partilhados, o mais fielmente possível. Seguiu-se, então, o segundo âmbito: uma Equipa Sinodal Vicarial, na qual se pretendeu ter um a dois representantes das várias paróquias (ainda que nalgumas Vigararias não tivesse sido possível uma Equipa tão alargada como se pretendia, devido a vários fatores), teve a missão de ler todos os contributos, vindos das várias paróquias, e elaborar uma síntese, na qual se espelhasse as mais variadas respostas e perspetivas referidas. Feita esta síntese, a mesma foi enviada para o Vigário da Pastoral que, com os membros do secretariado permanente do Conselho Pastoral Diocesano, procederam à elaboração da Síntese Diocese, aqui presente. Esta síntese Diocesana passou ainda pelos vários Conselhos Diocesanos de Participação e Corresponsabilidade Eclesial: Pastoral, Presbiteral e Episcopal.

É de referir ainda que, quer ao início quer ao fim deste processo sinodal, o clero foi sempre tido em conta, pois era óbvio que uma boa parte da motivação e do empenho das comunidades, dependeria do modo como o clero estivesse também ele entusiasmado com este processo. Por isso, nas reuniões de Vigararia do clero que se realizaram em Outubro, foi explicado tudo quanto se pretendia, o modo de gerar este processo, a importância do mesmo, bem como a entrega de documentação referente ao mesmo. Já nas reuniões de Abril e Maio, procedeu à partilha de como tinha decorrido o processo sinodal, as dificuldades e vantagens, conclusões que se poderiam colher do exercício sinodal, entre outros

Já no que respeita a questões colocadas ou que se foram levantando durante a fase diocesana do Sínodo, estas relacionaram sobretudo com a linguagem usada e o teor das perguntas que compunham a sugestão de abordagem a cada tema proposto no Documento Preparatório, bem como questões ligadas à objetividade e finalidade deste exercício sinodal.

Relativamente ao nível de aceitação/rejeição dos participantes, podemos dizer que numa boa parte das comunidades cristãs houve um bom nível de aceitação e entusiasmo que se reflete no modo como participaram. No entanto, houve um conjunto considerável de paróquias (cerca de 35 num total de 82) que não empreenderam absolutamente nada a respeito do caminho sinodal proposto. As razões desta não participação estão ainda por apurar. Mas podemos desde já concluir que há uma certa dificuldade em abrir-se e entrar neste dinamismo sinodal.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

[Os resultados devem ser a compilação de um conjunto de dados, os quais devem incidir nos seguintes pontos: descrever o envolvimento e recetividade dos participantes, os temas mais debatidos, os assuntos que criaram maior tensão ou discordância entre os participantes e os assuntos que deram origem a diversos pontos de vista, aspetos positivos ou negativos mais relevantes, pontos de vista que merecem maior destaque.]

Partindo da partilha de informações que foi acontecendo em vários âmbitos da vida diocesana e em vários momentos do processo sinodal na sua fase diocesana, foi referido que, numa razoável parte das paróquias onde se fez este caminho, a participação foi ampla, com bastante interesse e capacidade de abertura ao diálogo. Já noutras, a participação foi diminuta ou cingiu-se aos conselhos (pastoral e económico) e/ou grupos já existentes (catequistas, liturgia, etc). Outras há em que os grupos tiveram alguma dificuldade de falar abertamente, sendo que alguns párocos, percecionando isso, decidiram ficar de fora dos grupos para lhes dar maior liberdade de diálogo. As respostas às questões e aos temas propostos foram amplos e bastante participados, não faltando mesmo a partilha, a escuta e anotação das mais variadas opiniões. Contudo, foram igualmente referidas algumas dificuldades: a linguagem usada nos temas e perguntas propostos que, nalguns casos, tornou-se um bloqueio; o pouco tempo dado para este processo, ao qual já se havia juntado o pouco tempo de preparação para este caminho pelo facto dos documentos terem chegado muito próximos da abertura do caminho sinodal; nalgumas comunidades surgir ainda a dificuldade ligada à incapacidade de reunir grupos para este processo.

Devemos ainda referir que, apesar da linguagem complexa usada nos temas e perguntas, houve uma boa recetividade no que se refere aos temas, dado que a sua abrangência levou a uma reflexão que visou a Igreja no seu interior e em todos os âmbitos pastorais, bem como promoveu a capacidade de se lançar o olhar para fora da própria Igreja: na sua relação com o mundo.

Destaca-se ainda a capacidade de, na maioria das paróquias, este processo ter sido levado por diante com o empenho de Equipa Sinodais constituídas por leigos, onde a posição do pároco foi a de promover e animar ao exercício sinodal e não tanto a de estar presente em tudo. Por isso, também podemos destacar como factor positivo a alegria de muitos leigos em serem escutados e em poderem falar abertamente, coisa que para uma boa parte deles, nunca tinha sido possível.

No que aos temas diz respeito, ainda que todos tenham sido objeto de amplas reflexões e diálogos, destacam-se, como aqueles que mais debate mereceram e, por isso, maior número de contributos reuniram, os seguintes:

a) **OUVIR e FALAR**. Estes dois temas não só foram dos que mais diálogo gerou, como aqueles que também foram alvo das mais variadas posições ou opiniões. Deste modo, na maioria dos contributos chegados, releva-se a conclusão comum e generalizada de que a Igreja tem ainda uma enorme necessidade de crescer e fazer caminho nestes dois aspetos: dar tempo e não recear ouvir, dar espaço e oportunidade a que se fale abertamente, colocar os mais variados assuntos da vida eclesial e pastoral à consideração de todos os batizados, alargar os grupos de consulta, corresponsabilidade e participação. Isto não significa que não haja escuta e abertura para falar, mas antes que, muitas vezes, se circunscreve aos mesmos e nem todos os assuntos da paróquia/diocese são alvo de uma escuta que permita a muitos falar abertamente. Aliás, refere-se várias vezes o receio de falar, a sensação de sentir-se condicionado a dizer o convencionado e apenas aquilo que se quer ouvir; como

também é referido que previamente se apresentam os assuntos de modo a levar premeditadamente a um objetivo já predeterminado, condicionando as opiniões e a possibilidade de os debater com a profundidade merecida. Há uma comum e clara constatação de que é preciso dar mais espaço aos leigos, alargar os que são escutados e os que são chamados a falar, não reservar assuntos ao diálogo com aqueles que constituem a Igreja (paróquias ou diocese), nunca excluindo ninguém dessa possibilidade, na tentação de escutar ou permitir falar apenas os que aparentemente dizem o mais conveniente ou são mais entendidos no assunto em causa.

b) **CELEBRAR**. Este foi outro tema que deu lugar a alargados diálogos e debates, onde surgem as mais variadas posições possíveis: a animação das Eucaristias, a participação amplas nos ministérios e serviços, o lugar das mulheres nos ministérios (inclusive o Ordenado), a carestia de vocações e a ordenação de homens casados, a qualidade das celebrações e a envolvência de todos, a necessidade imperiosa de uma formação litúrgica das comunidades cristãs alargadas (não só para os que têm ministérios ou serviços). Ficam como posições mais comuns ou mais sublinhadas, as seguintes: a necessidade de um caminho formativo para o exercício dos ministérios e serviços litúrgicos, de modo que se estenda o mais possível a toda a comunidade; uma maior inclusão de jovens e mulheres na vida celebrativa das comunidades; a necessidade de usar uma linguagem adequada à comunidade que celebra; uma maior aposta no conhecimento da Palavra de Deus, de modo que esta possa ser transportada para a vida, iluminando-a; não cingir a dimensão celebrativa e orante às celebrações comunitárias dominicais, mas desenvolver uma espiritualidade familiar e noutros âmbitos da vida paroquial.

c) **DIALOGAR NA IGREJA E NA SOCIEDADE**. Este foi, porventura, um dos temas mais complexos de tratar, onde surgem imensos pontos negativos: não só porque manifesta a dificuldade de, em boa parte das comunidades, gerar diálogos abertos, francos e fraternos, mas também porque coloca em relevo a dificuldade dos cristãos e das comunidades estabelecerem diálogos com a sociedade aos mais variado níveis e sobre os mais variados temas que ocupam e/ou preocupam o Homem contemporâneo: os diálogos com o mundo juvenil, com os não crentes ou com aqueles que têm posições diferentes da visão cristã, foram referidos como os mais difíceis e tensos de empreender. Além disso, é também aqui referida a difícil linguagem da Igreja que, para tantos, não é percetível. Embora se tenha referido abundantemente a disponibilidade da Igreja dialogar, igualmente se referiu a necessidade de formação humana e espiritual para que tal aconteça.

d) **DISCERNIR E DECIDIR**. Ainda entre os temas mais debatidos e donde brotou bastantes conteúdos, contributos e opiniões, está o que se refere à dimensão do discernimento e decisão no seio da vida eclesial comunitária. Sendo que numa parte se refere que existem os organismos próprios, a verdade é que numa boa parte estes são inexistentes ou pouco promovidos. Refere-se que o discernimento carece de participação e que nos passos que o constituem, a avaliação dos caminhos empreendidos e das decisões tomadas é pouco existente. Além disso, refere-se várias vezes a falta de ambiente orante, onde o Espírito Santo deve ser protagonista, nos encontros em que se deve discernir e abrir lugar a decisões. E ainda se acrescenta a falta de formação ou "educação" dos cristãos para a

capacidade e o à-vontade no exercício do discernimento, bem como na compreensão deste em ordem à decisão que deve ser tomada por pessoas específicas. Uma outra dificuldade que se levanta com abundância é a falta de coerência entre o discernimento e a decisão, ainda que se reconheça que o discernimento não é deliberativo. Este tema, por aquilo que se pôde apurar, está profundamente relacionado com o último tema: formar-se para a sinodalidade. A este respeito foram muitos os contributos que, reconhecendo que já existe caminho feito e estruturas que o proporcionem, há, na verdade, um enorme défice na formação e no exercício da sinodalidade em muitas comunidades. Referiram mesmo que, algumas comunidades, nem conselho pastoral existe e que este, até mais do que o Conselho Económico deveria ser instituído como obrigatório pelo Direito Canónico. Mas a falta de formação para a sinodalidade é algo que não é específico dos leigos, mas que atinge os próprios padres, sendo que estes deveriam ser formados nos próprios seminários já com esta perspetiva. Há um caminho formativo muito grande a fazer quer por leigos quer pelo próprio clero.

Neste ponto da apresentação de resultados, devem ser ainda focados alguns temas ou assuntos que geraram maior tensão ou opiniões díspares. No que a este respeito se refere, podemos enumerar os seguintes:

a) Maior abertura, acolhimento e compreensão com aqueles que não vivem dentro dos "parâmetros ou padrões" de vida propostos pela Igreja à luz do Evangelho: casais recasados, casais em uniões de facto, pessoas homossexuais, etc.

b) O diálogo sincero dentro das comunidades: gerar formas de predispor os cristãos para a correção fraterna, onde a hipocrisia, a indiferença ou a omissão não destruam o saudável tecido comunitário.

c) Os escândalos na Igreja e a necessidade de uma boa formação humana dos cristãos no que respeita à sexualidade e aos afetos. Os escândalos a estes níveis têm prejudicado muito a credibilidade da Igreja e a sua missão evangelizadora, referindo-se a dificuldade por que passam muitos cristãos ao serem confrontados quotidianamente pela sociedade em que vivem inseridos.

d) Os ministérios, serviços e partilha de responsabilidades. Usando uma expressão vulgar: "aqui correu muita tinta". Refere-se que os ministérios, serviços e responsabilidades ficam sempre nos mesmos e que não se formam cristãos para o desempenho daqueles ou para assumirem lideranças. Há que valorizar o envolvimento de mais pessoas, especialmente os jovens, formando-as para tais responsabilidades, serviços e ministérios.

VISÃO DA IGREJA ATUAL E PROPOSTAS DE MUDANÇA

Importa neste ponto fazer referência a: descrição da visão atual da Igreja dos participantes, na qual se deve incluir a perspetiva das diferentes realidades de vivência, áreas em que a Igreja necessita de conversão e quais as propostas de mudança que merecem destaque, tanto a nível paroquial, diocesano como na Igreja em geral (vida espiritual, cultural, estruturas, práticas, relações com a sociedade e vida missionária).

Dada a multiplicidade de contributos oferecidos pelas várias paróquias e vigararias, passamos a elencar aqueles que foram os assuntos ou temas mais focados no que a este ponto diz respeito;

a) **Partir mais do Espírito Santo, da Oração e da Palavra de Deus**. Estes foram considerados, por várias vezes, aspetos em que comummente se está em falta. Os contributos referem a necessidade de mudança e de conversão, acrescentando em vários temas que, sem estes três pilares da vida cristã comunitária e pessoal, não pode haver mudança nem conversão, continuando tudo na mesma, ainda que se fale dos assuntos. E a necessidade de mergulhar mais nestas três realidades é um imperativo para o viver cristão em todas as suas dimensões: a vida comunitária e pessoal, as celebrações e o testemunho, a caridade e uma autêntica transmissão da Fé, entre outros.

b) **Visão da Igreja atual**. São muitíssimos os contributos que referem uma visão de Igreja a partir de Cristo, considerando-a constituída por todos os batizados que O seguem sem prescindir da vida comunitária. Contudo, ainda persistem visões de Igreja que seguem linhas bastantes diferentes e que não foram tão poucas vezes referidas: tanto se afirma que a Igreja é toda a gente, como se afirma que a Igreja é a Hierarquia. Por isso, considera-se que este é um tema a necessitar de conversão, pois um dos elementos fundamentais para se poder fazer caminhos juntos, gerar comunhão, participação e missão, é saber quem somos e qual a nossa mais profunda identidade.

c) **Maior proximidade e presença do sacerdote na comunidade e a sua estabilidade**. É necessária uma maior proximidade entre o sacerdote e a comunidade. Há a clara consciência da falta de sacerdotes na nossa Diocese. Todavia, sublinha-se que enquanto estes acumularem paróquias com muitos outros cargos e tarefas que poderiam muito bem serem atribuídas a Diáconos ou Leigos, as comunidades acabam por ser penalizadas e não contar com uma presença constante e com qualidade por parte do seu pároco. Além disso, a estabilidade dos sacerdotes nas comunidades que lhe são confiadas, significam a estabilidade e o crescimento contínuo das próprias comunidades. As mudanças em curtos espaços de tempo levam à instabilidade das comunidades que, assim, nunca conseguem levar por diante o caminho iniciado com os seus párocos.

d) **Uma real implementação dos órgãos de participação e responsabilidade comunitária**. Considera-se este como um assunto que carece duma profunda mudança e conversão, dada a pertinência que mereceu nos contributos dados. Refere-se a ausência destes em muitas paróquias, a existência mas com pouca utilidade, a falta de formação dos leigos para poderem exercer as missões próprias destes órgãos, entre outros. Além disso, qualquer órgão de corresponsabilidade e participação deveria ser considerado como necessário e, por isso, obrigatório.

e) **A Paróquia como uma comunidade de irmãos e amigos: uma comunidade que se ama.** As Paróquias devem desenvolver iniciativas que promovam um maior acolhimento, sobretudo aos que não fazem parte habitual das celebrações. Foi várias vezes referida a necessidade de formação, para que os leigos possam assumir melhor o seu papel na comunidade paroquial e no mundo. Esta formação é importante para promover a mudança de mentalidades e desenvolver o acolhimento, a comunhão, o afeto, a humildade e, a partir daqui, fazer com que a comunidade, onde todos têm lugar e voz, chegue ao mundo com um testemunho coerente, no qual se reflita o que diz acreditar e celebrar.